

23 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Justiça anula laudo de morte de estudante em Londrina

Rafael Machado

Reportagem Local

A juíza da 1ª Vara Criminal de Londrina, Elisabeth Kather, anulou na segunda-feira (21) um laudo feito por uma perita do IML (Instituto Médico Legal) sobre o homicídio do estudante Matheus Evangelista, 18, em março de 2018. A justificativa da magistrada foi de que o exame, encomendado pelo advogado Marcelo Camargo, que defende o guarda municipal Fernando Neves, um dos acusados do crime, possui “conteúdo de caráter pessoal, ferindo a imparcialidade”. Na mesma decisão, ela determinou que a Corregedoria da Polícia Científica do Paraná abra uma sindicância contra a servidora.

A suspeita de irregularidade foi levantada pela defesa da família do jovem, que alegou “excesso de linguagem e ausência de uma postura isenta e imparcial”.

“Tais fatos autorizam concluir de forma inequívoca que a iniciativa de socorrer a vítima de imediato e conduzi-la ao hospital mais próximo, no caso o Zona Norte, com estancamento de hemorragia foi medida correta e indispensável pela gravidade das lesões. De certa forma, a medida foi uma tentativa heroica de salvamento, sem a qual o rapaz teria falecido no local”, acrescenta a análise pericial.

O promotor Ricardo Domingues também foi consultado sobre o apontamento da perita. “Ela claramente teceu opinião pessoal quando da elaboração das informações

complementares ao laudo de necropsia, o que fere a imparcialidade oficial”.

Em entrevista à FOLHA, Camargo entendeu que “o assistente de acusação infelizmente não quer que a verdade real dos fatos fique no processo. Ainda não decidi se irei tomar alguma providência junto ao Tribunal de Justiça”, disse. Para o advogado dos familiares do estudante, Mário Barbosa, “houve manifestação de modo contrário ao que determina a legislação. Eu creio que isso ocorreu para favorecer os agentes públicos”, comentou.

O CASO

Matheus Evangelista foi morto durante uma abordagem da GM (Guarda Municipal) no jardim Porto Seguro, zona norte de Londrina. Os agentes Fernando Neves e Michael de Souza Garcia vão a júri popular por homicídio qualificado e fraude processual. Um terceiro GM, João Victor Goés Arruda, dirigia a viatura.

Segundo as investigações, Evangelista teria sido baleado no pescoço por Neves, que nega as acusações. Ele e os outros envolvidos afirmam que foram chamados por moradores do bairro para atender uma ocorrência de perturbação de sossego.

23 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Justiça determina retorno de londrinense para a Mackenzie

Isabela Fleischmann
Reportagem Local

A Universidade Presbiteriana Mackenzie não poderá expulsar o estudante de direito Pedro Baleotti, 25, que disseminou um vídeo racista nas redes sociais no período eleitoral. A Justiça Federal de São Paulo concedeu liminar que anula a decisão da instituição de ensino, mas a Mackenzie formalizou a expulsão no último 10 de janeiro. Ele foi indiciado por racismo e demitido do escritório de advocacia onde trabalhava.

A decisão da Justiça de São Paulo é do dia 17 de dezembro passado. Segundo o processo que corre no TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), a Mackenzie já tinha sido notificada sobre a suspensão da expulsão do estudante. No mandado de segurança impetrado por Baleotti, ele afirma que “era aluno regularmente matriculado no curso” e que “embora tenha encaminhado para um grupo restrito de amigos, dois vídeos gravados por ele, com manifestações políticas, foram os mesmos veiculados nas redes sociais, sem sua autorização”.

Em um dos vídeos o estudante londrinense, trajando uma camiseta com o rosto do presidente Jair Bolsonaro (PSL) diz que está “indo votar ao som de Zezé, armado com faca, pistola, o diabo, louco para ver um vadio vagabundo com camiseta vermelha e já matar logo”. Ele aponta a câmera do celular para uma

motocicleta com duas pessoas e diz “está vendo essa negriada? Vai morrer, vai morrer, é capitão”.

A direção da faculdade quando teve ciência do vídeo encaminhou o caso para a Corregedoria Disciplinar da Universidade e suspendeu o estudante por cinco dias. Foi instaurado um processo administrativo disciplinar de sindicância com três professores designados para julgar o caso.

A suspensão preventiva de Baleotti foi prorrogada, e, segundo o mandado de segurança, ele não conseguiu cumprir suas obrigações acadêmicas o que levou à reprovação por falta em uma matéria e a impossibilidade da apresentação do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

Segundo o documento, Baleotti foi desligado da universidade “de forma ilegal”. “O procedimento administrativo foi irregular, eis que a Comissão Sindicante tem o objetivo de apurar a realidade dos fatos, com competência meramente investigatória, não podendo lavrar um relatório circunstanciado e conclusivo, ao final. Sustenta, ainda, que a Comissão Sindicante deveria ser formada por cinco membros, sendo três professores, um membro do corpo técnico-administrativo e o Corregedor Disciplinar Universitário, o que não ocorreu. Defende, assim, a impossibilidade de aplicação da sanção sem o relatório da comissão processante disciplinar”, argumenta o mandado impe-

trado pelo estudante. Os argumentos foram acatados pela Justiça.

“No entanto, com relação à suspensão do aluno, verifico que há previsão para a suspensão preventiva e que dela decorre imposição de falta às atividades acadêmicas, inclusive provas e demais avaliações que ocorrerem no período, enquanto perdurar a punição. Diante do exposto, **DEFIRO EM PARTE** a liminar para suspender os efeitos da decisão de desligamento do impetrante, com o imediato restabelecimento do vínculo com a Universidade impetrada, até ulterior julgamento do mérito”, definiu a juíza Sílvia Figueiredo Marques.

Em contato com a defesa do estudante, o advogado Norman Prochet Neto informou que Baleotti não vai se manifestar por hora e que a situação vai se resolver pelas vias ordinárias (a Justiça).

Por meio de nota, a Mackenzie disse que “após processo instaurado na corregedoria, o sr. Pedro Bellintani Baleotti foi desligado do quadro discente do curso de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), através de portaria da Reitoria publicada em 14 de novembro de 2018. Em dezembro de 2018, ele entrou com recurso no Conselho Universitário (CONSU) que, em sua reunião ordinária, ratificou a decisão da Reitoria.

CONTINUA

23 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

No entanto, houve uma liminar emitida no final de dezembro pela justiça federal e o aluno requereu a rematrícula no 1º semestre de 2019". A Mackenzie, entretanto, "solicitou a revogação da liminar concedida, processo que está em trâmite. Cabe reiterar, que a UPM continua não aceitando e repudiando todo e qualquer discurso de ódio e discriminação." (Colaborou Larissa Ayumi Sato)

23 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

O novo Moro

O juiz federal Luiz Antonio Bonat é o primeiro da lista para substituir o ex-juiz Sergio Moro na condução dos processos da Operação Lava Jato, na 13ª Vara Federal de Curitiba. Bonat é o juiz mais antigo a se inscrever no concurso interno do TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª Região para a vaga de Moro, que assumiu o Ministério da Justiça. O prazo para inscrição se encerrou na noite desta segunda (21). O critério de seleção é o de antiguidade - Bonat é juiz federal há 25 anos.

Currículo

Nascido e formado em Curitiba, o magistrado já passou por Foz do Iguaçu, Criciúma e Curitiba. É especialista em Direito Público pela UFPR (Universidade Federal do Paraná) e, atualmente, é titular da 21ª Vara Federal de Curitiba, que atua na área previdenciária. Em 2003, ele foi responsável pela primeira condenação criminal de uma pessoa jurídica no Brasil, num caso de danos ambientais à margem do rio Urussanga, quando era juiz federal em Santa Catarina. No total, 25 magistrados se inscreveram para a vaga de Moro. Os cinco primeiros colocados, pelo critério da antiguidade, são, além de Bonat, os juizes Julio Guilherme Berezoski Schattschneider, Friedmann Anderson Wendpap, Antonio Bochenek e Marcos Josegri da Silva.

A flexibilização da posse de armas no Brasil

O presidente Jair Bolsonaro editou decreto alterando as regras para a obtenção do registro de arma de fogo no país. A norma é importante porque regulamenta dispositivos contidos na Lei 10.826/03, também conhecida como Estatuto do Desarmamento. Deve-se destacar que no governo do ex-presidente Michel Temer foram editados os Decretos 8.935/2016 e 8.938/2016, que já afrouxavam os requisitos para a posse de arma de fogo, não se tratando, portanto, de postura exclusiva do novo presidente. Existem, ainda, projetos de lei tramitando no Congresso Nacional que visam à revogação do Estatuto do Desarmamento.

O primeiro ponto que merece destaque é a diferença entre posse e porte de arma de fogo. O objetivo do decreto foi tornar mais simples o procedimento para aquisição de arma de fogo e sua posse, ou seja, a manutenção do instrumento na residência ou empresa do cidadão, por exemplo. Não se modificou absolutamente nada a questão do porte de arma de fogo que permitiria transportar e carregar o objeto em território nacional. Nem poderia ser diferente porque este tema é regulamentado pelo Estatuto do Desarmamento e só poderia ser modificado via Congresso Nacional e não por iniciativa do chefe do Poder Executivo.

De qualquer forma, vê-se o abrandamento quanto à demonstração da "necessidade" da posse de arma de fogo, que ficava a critério da Polícia Federal de acordo com sua discricionariedade. O que fez o decreto foi exatamente preencher o requisito "necessidade", indicando hipóteses legais de configuração, tais quais: ser residente em área rural, residente em áreas urbanas com elevados índices de violência, titular de estabelecimentos comerciais ou industriais, dentre outras. Os demais requisitos, comprovação de idoneidade pelos antecedentes criminais, documento comprobatório de ocupação lícita e residência certa, capacidade técnica e aptidão psicológica, foram mantidos pela normativa.

Diante disso, o resultado prático de fornecer armas à população como forma de coibir os graves problemas de segurança pública é altamente duvidoso, até mesmo porque a aquisição do instrumento somente é acessível à parcela reduzida

da população, diante do alto custo envolvido em todo o processo.

Existem pesquisas conduzidas pela Fundação Getúlio Vargas que demonstram o menor crescimento de homicídios com emprego de arma de fogo após o Estatuto do Desarmamento. É bem verdade que a lei não teve o condão de diminuir a violência como um todo, pois sua atuação positiva foi diretamente vinculada aos crimes de homicídio. No entanto, os crimes patrimoniais com emprego de violência por meio de arma de fogo também tiveram queda, com a substituição pela violência física ou outras armas. De qualquer forma, a partir dos dados empíricos, é possível concluir que a restrição à circulação de armas de fogo produz efeito direto ao tipo de violência produzida.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgou pesquisa concluindo que a difusão de armas de fogo concorre para o aumento da taxa de homicídios e não possui efeito sobre a taxa de crimes contra a propriedade.

Desse modo, a edição do Decreto apresenta-se muito mais como medida para atender as promessas de campanha - o que também é válida no campo da política -, mas sem qualquer efeito prático para fins de diminuição da criminalidade. Ao invés de se investir nas forças de segurança pública, o governo preferiu adotar caminho mais cômodo de relativizar as condições do registro de arma de fogo, dando a falsa impressão de proteção à sociedade. É consenso que a solução da segu-

rança pública no Brasil exige postura enérgica das autoridades, no entanto, o problema se dá por fatores sociais, econômicos, culturais etc., que não pode ser solucionado mediante discursos populistas. Simplesmente aumentar o número de armas de fogo em circulação não gera melhora no quadro vigente.

Por fim, nunca se defendeu que a proibição do Estatuto do Desarmamento seria a solução única para a segurança pública, porém é inegável que trouxe impacto relevante na diminuição da criminalidade tida como mais violenta.

RAFAEL JUNIOR SOARES, coordenador da Comissão dos Advogados Criminalistas da OAB-Londrina e professor de direito penal na PUC/PR



Ao invés de se investir nas forças de segurança pública, o governo preferiu adotar caminho mais cômodo, dando a falsa impressão de proteção à sociedade"

23 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Flávio Bolsonaro

empregou mãe e mulher

de PM suspeito de

comandar milícia

As duas ocupavam o mesmo cargo e ganhavam R\$ 6.490,35 cada; senador eleito diz que contratação é de responsabilidade de Queiroz

Rio de Janeiro - O deputado estadual e senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) empregou até novembro do ano passado em seu gabinete na Assembleia Legislativa a mãe e a mulher de um policial militar suspeito de comandar milícias no Rio de Janeiro.

O ex-capitão da PM Adriano Magalhães da Nóbrega, 42, está foragido e é um dos 13 alvos de uma operação deflagrada nesta terça-feira (22) pelo Ministério Público para prender suspeitos de chefiar milícias que atuam nas comunidades como de Rio das Pedras e Muzema, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

A mãe do PM, Raimunda Veras Magalhães, e a mulher dele, Danielle Mendonça da Costa da Nóbrega, deixaram o gabinete de Flávio, a pedido, no mesmo dia, em 13 de novembro. Elas ocupavam um mesmo cargo e ganhavam R\$ 6.490,35 mensais cada.

Raimunda é um dos ex-servidores de Flávio citados

em relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) que identificou movimentações financeiras atípicas de seu ex-assessor, Fabrício Queiroz. Ela repassou R\$ 4.600 para a conta de Queiroz.

À época da revelação do relatório, em dezembro do ano passado, a reportagem procurou a ex-assessora em endereços relacionados ao seu nome, mas não conseguiu localizá-la. Raimunda é sócia de um restaurante no Rio Comprido, zona norte do Rio, localizado em frente a uma agência do Itaú na qual foram realizados 18 depósitos em espécie para Queiroz de janeiro de 2016 a janeiro de 2017. No total, o montante depositado chegou a cerca de R\$ 92 mil.

Em nota, a assessoria do senador eleito disse que Raimunda foi contratada por indicação de Queiroz, que supervisionava o seu trabalho, e que não pode ser responsabilizado por atos que desconhece.

Já a defesa de Queiroz afirmou que “repudia veementemente qualquer tentativa de vincular seu nome à milícia” e que “a divulgação de dados sigilosos obtidos de forma ilegal constitui verdadeira violação aos direitos básicos do cidadão”.

Queiroz, policial militar aposentado, é investigado sob suspeita de participar de um esquema de lavagem de dinheiro e ocultação de bens. O Coaf identificou uma movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão em sua conta bancária em 2016 e 2017. O alerta se deve não só ao volume, mas também à forma com que as operações eram feitas. No período, Queiroz realizou saques uma vez a cada dois dias em valores elevados, sempre após depósitos de quantias semelhantes.

CONTINUA

23 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Flávio Bolsonaro não é formalmente investigado no caso na esfera criminal, mas sim na área cível, que apura improbidade administrativa. A suspeita é de que Queiroz fosse o responsável por recolher parte do salário de servidores com finalidade ainda não esclarecida. O senador eleito nega a prática.

A investigação do caso está suspensa após liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal.

HOMENAGEM

Flávio Bolsonaro homenageou o policial Adriano duas vezes na Assembleia do Rio. Em 2003, propôs uma moção de louvor ao policial militar por desenvolver sua função com “dedicação, brilhantismo e galhardia”. Em 2005, o filho do presidente Jair Bolsonaro concedeu ao policial a Medalha Tiradentes. Na justificativa, entre outras razões, o então deputado estadual escreveu que Adriano teve êxito ao prender 12 “marginais” no morro da Coroa, no centro, além de apreender diversos armamentos e noventa trouxinhas de maconha.

Na nota divulgada à imprensa, o senador eleito disse que sempre atuou na defesa de agentes da segurança pública e que já concedeu “centenas de outras homenagens”.

23 JAN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Os rolos da arraia-miúda

Faz nada menos que 16 anos, ou 4 legislaturas, que deputados estaduais em pelo menos 16 Estados são ou foram investigados por suspeitas de desviar salários e benefícios de servidores das Assembleias Legislativas, conforme mostrou reportagem recente do **Estado**. A prática é tão corriqueira que é até conhecida nesse meio por “rachid”, em alusão ao fato de que os funcionários “racham” seu salário com os parlamentares que os empregam.

Ou seja, não há nenhuma novidade nesse expediente indecente, que só ganhou notoriedade nos últimos dias em razão do caso envolvendo um dos filhos do presidente Jair Bolsonaro, o ex-deputado estadual do Rio de Janeiro e senador eleito Flávio Bolsonaro. Assim, a chegada ao poder de legítimos representantes do baixo clero, como a família Bolsonaro e seus apoiadores, está permitindo aos brasileiros conhecer em detalhes o mundo todo peculiar da arraia-miúda política, que antes operava suas bagatelas sem atrair as atenções.

Só no caso da Assembleia do Rio há procedimentos criminais abertos desde o ano passado para apurar suspeitas de irregularidades envolvendo os gabinetes de 22 dos 70 deputados. Um desses inquéritos diz respeito a Fabrício Queiroz, um modesto ex-assessor de Flávio Bolsonaro, cuja milionária movimentação bancária foi

considerada “atípica” pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Fossem outros tempos, muito provavelmente essas suspeitas seriam relegadas ao rodapé do noticiário, por sua tediosa recorrência e por seu limitado alcance. Contudo, alguns dos personagens envolvidos no caso – a começar pela prole do presidente da República – estão hoje no primeiro plano da política nacional, e elegeram-se prometendo moralizar a vida política do País, razão pela qual são pressionados a dar explicações. E até agora essas explicações, em vez de esclarecer qualquer coisa, têm servido mais para confirmar que nos gabinetes de muitos deputados estaduais, entre um projeto de lei e outro, realiza-se todo tipo de rolo.

Fabrício Queiroz, por exemplo, disse ser “um cara de negócios” e que o dinheiro que passou por sua conta – pelo menos R\$ 1,2 milhão, mas há informações de que esse valor pode chegar a R\$ 7 milhões – diz respeito à compra e venda de carros usados – o próprio presidente Jair Bolsonaro qualificou de “rolo” a suposta atividade comercial de Queiroz. Já o ex-deputado e agora senador Flávio Bolsonaro argumenta que os quase R\$ 100 mil depositados em sua conta em dinheiro vivo, de maneira fracionada, no caixa eletrônico da Assembleia do Rio, resultaram da venda de um de seus imóveis, em circunstâncias ainda obscuras.

De um modo geral, a criativi-

dade tem sido uma marca dos arranjos de parlamentares nos Legislativos federal, estaduais e municipais. Para aumentar sua renda à custa das verbas de gabinete, vale tudo. Segundo as investigações, um deputado estadual da Paraíba, por exemplo, contratou a própria empregada doméstica como funcionária fantasma, retendo todo o salário dela entre 2003 e 2009.

Num caso semelhante, e mal explicado durante a campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro, quando ainda era deputado federal, manteve como assessora uma funcionária que na verdade trabalhava em uma barraca de açaí em Angra dos Reis (RJ), a quase 900 km do gabinete onde tinha que dar expediente oito horas por dia.

O baixo clero já legou ao País momentos constrangedores, como a eleição do obscuro Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara dos Deputados, em 2005. À vontade, o deputado cobrou do então presidente Lula a indicação de um afilhado para a “diretoria que fura poço” na Petrobrás. Cavalcanti renunciou ao mandato ao ser acusado de cobrar propina do restaurante da Câmara – o que bem caracteriza os parlamentares que não representam nada além de si mesmos.

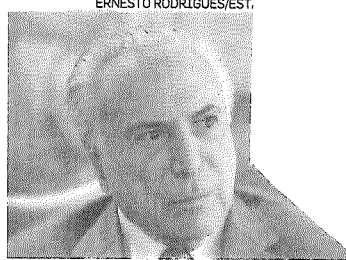
Agora, depois de alcançar retumbante vitória eleitoral, especialmente graças à desmoralização generalizada da política, o baixo clero não precisou nem de duas semanas de poder para confirmar sua natureza caricatural e medíocre.

23 JAN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Michel Temer pede ao Supremo que inquérito fique na Justiça Eleitoral

A defesa do ex-presidente Michel Temer pediu ao Supremo Tribunal Federal que seja encaminhado para a Justiça Eleitoral de São Paulo o inquérito no qual delatores da Odebrecht dizem que ele e os ex-ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco, todos do MDB, teriam recebido recursos ilícitos da empreiteira como contrapartida ao atendimento de interesses pela Secretaria de Aviação Civil. A pasta foi comandada entre 2013 e 2015 por Padilha e Moreira. Em outubro, o ministro Edson Fachin, do STF,



ERNESTO RODRIGUES/EST.

decidiu suspender temporariamente a investigação de Temer no caso – relacionado a jantar no Palácio do Jaburu, em 2014, e que foi detalhado pelos executivos da Odebrecht. Os emedebistas negam irregularidades.

RS questiona 'aumento automático' a juízes

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), ajuizou no Supremo Tribunal Federal a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 564 contra atos do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público gaúcho que concederam aumento remuneratório automático a juízes, desembargadores, promotores e procuradores de Justiça estaduais sem que tenha havido lei para autorizar o reajuste.

'A corrupção é causa de morte social', diz Raquel

A procuradora-geral, Raquel Dodge, disse ontem que "a corrupção é causa de morte social". "Ela (a corrupção) fere a integridade do tecido social, ela deteriora a confiança nas relações humanas e das pessoas em relação às autoridades governamentais", afirmou a chefe do Ministério Público Federal, na abertura do 3.º Fórum Jurídico sobre Combate à Corrupção, em Brasília. Raquel disse ainda que nas eleições a população expressou sua intolerância à corrupção, que, segundo ela, é pauta prioritária da sociedade brasileira.

Alesp recorre contra bloqueio de verba

A Assembleia Legislativa de São Paulo entrou com recurso contra decisão do Tribunal de Justiça que mandou bloquear 30% da verba indenizatória destinada ao gabinete do deputado estadual Abelardo Camarinha (PSB) para execução de dívida de aluguel de imóvel na cidade de Marília. A Alesp, por meio de sua Procuradoria, alega à Justiça que a cota é "verba pública e, portanto, impenhorável".

23 JAN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Cinco disputam vaga de juiz da Lava Jato

Cinco magistrados integram a lista final de interessados na vaga deixada por Sérgio Moro na 13.^a Vara Federal de Curitiba, responsável pelo julgamento dos processos em primeira instância da Operação Lava Jato.

O prazo para inscrição de juízes interessados na vaga terminou anteontem. Antiguidade é o critério para substituir Moro.

O Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, corte de apelação da Lava Jato, vai referendar ou não quem vai ocupar a cadeira que foi do ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, hoje ocupada pela juíza Gabriela Hardt.

Os cinco magistrados mais antigos inscritos são: Luiz Antonio Bonat (1.^o na lista de antiguidade), Julio Guilherme Berezoski Schattschneider (19.^o na lista de antiguidade), Friedmann Anderson Wenppap (70.^o na lista de antiguidade), Antonio Cesar Bochenek (106.^o na lista de antiguidade) e Marcos Josegrei da Silva (111.^o na lista de antiguidade).

Gabriela Hardt, a substituta atual de Moro, assumiu a cadeira provisoriamente em novembro. Ela já deu duas sentenças no âmbito da Lava Jato, em que condenou ex-diretores da Petrobrás e executivos. Gabriela, no entanto, não pode se candidatar porque não tem tempo de carreira para a titularidade. / IGOR

MORAES e RICARDO BRANDT

COLUNA DO ESTADÃO

No Senado, Renan quer ser o candidato 'anti-Moro'

Enquanto senadores articulam uma campanha contrária a Renan Calheiros (MDB-AL) na presidência do Senado, o alagoano tenta se viabilizar como o candidato "anti-Moro", que promete fortalecer o Congresso e blindar os colegas. Renan vai apelar para o corporativismo para montar um paredão de proteção às possíveis ações do ministro da Justiça. Para alavancar sua candidatura, o emedebista ofereceu a primeira vice-presidência do Senado ao líder do bloco opositor, senador eleito Cid Gomes (PDT-CE), que diz ter se recusado a compor a mesa.

● **Geografia.** A interlocutores, Renan tem dito que entre Curitiba e Chicago fica com o segundo, em referência ao ministro da Economia, Paulo Guedes. A *Coluna* revelou que os dois já jantaram em Brasília. Renan tem se posicionado a favor da reforma do INSS.

23 JAN 2019

METRO

Cinco disputam vaga de Moro; Bonat deve levar

Lava Jato. Critério de antiguidade deve conduzir à 13ª Vara da Justiça Federal Luiz Antonio Bonat, que hoje responde pela 21ª

Cinco juízes federais disputam a vaga de Sérgio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos processos da operação Lava Jato na primeira instância. Os nomes, selecionados pelo critério de antiguidade, foram divulgados ontem pelo TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região). Por enquanto, os processos da 13ª Vara estão sob responsabilidade da juíza substituta Gabriela Hardt.

No total, 25 juízes se inscreveram para a vaga. Moro abandonou a magistratura para assumir o cargo de ministro da Justiça e da Segurança Pública no governo de Jair Bolsonaro. Ele aceitou o convite no dia 1º de novembro, mas só foi exonerado no dia 16 do mesmo mês.

Os cinco que seguem na disputa são Luiz Antonio Bonat, da 21ª Vara de Curitiba (1º na lista de antiguidade); Julio Guilherme Bere-

zoski Schattschneider, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina (19º); Friedmann Anderson Wendpapp, da 1ª Vara de Curitiba (70º); Antonio Cesar Bochenek, da 2ª Vara de Ponta Grossa (106º); e Marcos Josegrei da Silva, da 14ª Vara de Curitiba (111º).

Trâmite

Os concorrentes podem existir até a meia-noite de amanhã. Na sexta o processo administrativo será encaminhado para o relator, desembargador federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira. Ele levará o processo para julgamento ao Conselho de Administração do TRF4, ainda sem data definida. A decisão passará a valer após publicação no Diário Eletrônico da Justiça da TRF4.

A tendência é que, pelo critério de antiguidade, o escolhido seja Luiz Antonio Bonat. Formado pela Fa-

culdade de Direito de Curitiba em 1979, ele passou pelas Varas de Foz do Iguaçu e Criciúma (SC).

Friedmann Wendpapp já foi considerado mais “linha-dura” que Sérgio Moro: em 2016, bloqueou 3% da receita das empreiteiras OAS e Odebrecht, a pedido da União, após o ministro Marco Aurélio Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), derrubar uma decisão do TCU (Tribunal de Contas da União).

Marcos Josegrei da Silva é responsável pelos processos da operação Carne Fraca e condenou 20 pessoas em quatro sentenças. Antonio Cesar Bochenek foi presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil e preside o Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário. Já Julio Schattschneider atuou na Vara Federal Ambiental e na Justiça Eleitoral em Santa Catarina. * METRO CURITIBA

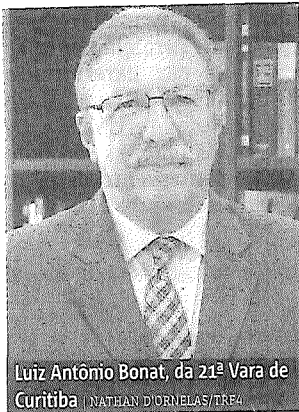
CONTINUA

METRO 23 JAN 2019

CONTINUAÇÃO



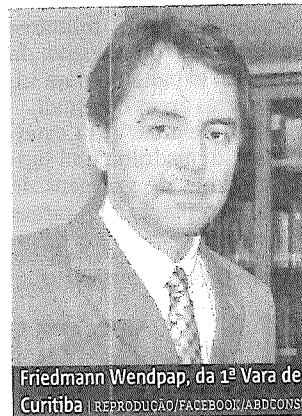
Moro foi exonerado para assumir ministério | WILSON DIAS/ARQUIVO/AGÊNCIA BRAS



Luiz Antônio Bonat, da 21ª Vara de Curitiba | NATHAN D'ORNELAS/TFE4



Júlio Guilherme Schattschneider, de Santa Catarina | DIVULGAÇÃO/TFE-SC



Friedmann Wendpap, da 1ª Vara de Curitiba | REPRODUÇÃO/FACEBOOK/ABDCONST



Antônio Bochenek, da 2ª Vara de Ponta Grossa | DIVULGAÇÃO/ATJFE



Marcos Josegrei, da 14ª Vara de Curitiba | AGENCIA BRASIL/ARQUIVO

23 JAN 2019

METRO

Juíza se destacou ao interrogar Lula

Antes que o TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) defina o substituto de Sérgio Moro, os processos da operação Lava Jato na primeira instância continuarão sob responsabilidade da juíza substituta Gabriela Hardt, que chegou a interrogar o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva no dia 14 de novembro do ano passado.

Gabriela Hardt foi nomeada juíza substituta da 13ª Vara Federal de Curitiba em 2014 e passou a assumir os processos da

Lava Jato quando Moro tirava férias. Em maio do ano passado, determinou a prisão do ex-ministro José Dirceu, que depois conseguiu um habeas corpus no STF (Supremo Tribunal Federal).

O maior destaque foi quando interrogou Lula no processo que investiga se o ex-presidente foi beneficiado por empreiteiras por meio de obras em um sítio em Atibaia (SP). A suspeita é que as empresas maquiaram o pagamento de propina por meio das reformas

no sítio, que era usado por Lula.

A certa altura, Lula desafiou a juíza a apresentar provas de que ele é dono do sítio. "Se o senhor começar nesse tom comigo, a gente vai ter um problema", respondeu ela. Cinco dias depois ela condenou o ex-diretor de serviços da Petrobras Renato Duque a três anos e quatro meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro. Nascida em Curitiba, Gabriela Hardt, de 46 anos, é juíza desde 2009.

✪ METRO CURITIBA



A substituta Gabriela Hardt determinou prisão de José Dirceu

23 JAN 2019

Juiz curitibano é o 1º da lista para substituir Moro

Estelita Hass Carazzai

FOLHA DE S. PAULO

CURITIBA O juiz federal Luiz Antonio Bonat é o primeiro da lista para substituir o ex-juiz Sergio Moro na condução dos processos da Operação Lava Jato, na 13ª Vara Federal de Curitiba.

Bonat é o juiz mais antigo a se inscrever no concurso interno do TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª Região para a vaga de Moro, que assumiu o Ministério da Justiça e da Segurança Pública do governo Jair Bolsonaro. O prazo para inscrição se encerrou na noite de segunda (21).

O critério de seleção é o de antiguidade — Bonat é juiz federal há 25 anos.

Nascido e formado em Curitiba, o magistrado já passou por Foz do Iguaçu, Criciúma e Curitiba. É especialista em Direito Público pela UFPR (Universidade Federal do Paraná) e, atualmente, é titular da 21ª

Vara Federal em Curitiba, que atua na área previdenciária.

Em 2003, ele foi responsável pela primeira condenação criminal de uma pessoa jurídica no Brasil, num caso de danos ambientais à margem do rio Urussanga, quando era juiz federal em Santa Catarina.

A 13ª Vara Federal é responsável pelo julgamento dos processos da Lava Jato em Curitiba. Atualmente, eles são conduzidos pela juíza substituta, Gabriela Hardt — que chegou a interrogar o ex-presidente Lula em novembro.

Caberá ao novo juiz sentenciar, entre outros casos, a ação sobre o sítio em Atibaia que era frequentado por Lula, o processo sobre o terreno comprado pela Odebrecht que seria destinado ao Instituto Lula e a primeira denún-

cia de cartel contra as empreiteiras envolvidas em desvios na Petrobras.

No total, 25 magistrados se inscreveram para a vaga de Moro. Os cinco primeiros colocados, pelo critério da antiguidade, são, além de Bonat, os juizes Julio Guilherme Berezoski Schattschneider, Friedmann Anderson Wendpap, Antonio Bochenek e Marcos Josegrei da Silva.

Os candidatos ainda têm até a próxima quinta-feira (24) para desistir da concorrência, se assim desejarem. O resultado final deve ser anunciado na sexta (25).

Após o anúncio do resultado, a seleção ainda precisa passar pela corte do TRF, que irá julgar o processo de seleção. Só depois disso é que serão acertadas as datas para remoção.



O juiz federal Luiz Antonio Bonat, que é o mais antigo da lista para substituir Sergio Moro na Lava Jato Nathan D'Ornelas

MÔNICA BERGAMO

CADEIRA VAZIA A candidatura do juiz Luiz Antonio Bonat para o cargo de Sergio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba surpreendeu advogados e funcionários da vara ouvidos pela coluna. Bonat é o primeiro colocado no ranking de antiguidade na magistratura, critério que será utilizado para definição do substituto.

LISTA Agora, há uma expectativa para saber se os outros juizes interessados na vaga vão manter a intenção. Além de Bonat, outros 24 magistrados se candidataram. O juiz Friedmann Anderson Wendpap, terceiro no ranking de antiguidade, é o que teria o perfil mais parecido com o de Moro.

23 JAN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Lava Jato paulista perde procuradores e troca de chefia pela 3ª vez

Wálter Nunes

SÃO PAULO A força-tarefa da Lava Jato em São Paulo vai trocar de comando pela terceira vez em um ano e meio de existência e diminuirá de tamanho. Três procuradores da República pediram para sair do grupo que, no Ministério Público Federal, é responsável pelos desdobramentos das investigações iniciadas em Curitiba.

A chefe da equipe, Thamea Danelon, solicitou desligamento. Outros dois procuradores, Bruno Magalhães e Ana Cristina Bandeira Lins, também sairão da equipe. O grupo, que era de 11 integrantes, ficará com 8.

Thamea ficou apenas três meses na chefia da equipe paulista. Ela havia assumido o cargo em novembro, em substituição a Thiago Lacerda Nobre, que é procurador-chefe da Procuradoria em São Paulo. Thamea alegou assuntos familiares para saída.

Sua substituta será Anamara Osório Silva, uma especialista no combate a lavagem de dinheiro e crimes financeiros e que atuou nas operações Satiagraha (que prendeu banqueiro Daniel Dantas, em 2008) e Banco Santos (que levou para a cadeia o banqueiro Edegar Cid Ferreira, em 2006).

A força-tarefa paulista foi criada em julho de 2017 após o STF (Supremo Tribunal Federal) enviar para primeira instância os desdobramentos das delações da Odebrecht sobre investigados sem foro por prerrogativa de função.

De lá para cá sofreu críticas por apresentar resultados

mais modestos na comparação com as equipes de Curitiba e do Rio de Janeiro. Até agora, os procuradores paulistas ofereceram quatro denúncias e ajuizaram uma ação de improbidade administrativa na Justiça Federal de São Paulo.

Apesar de o grupo ter nascido para investigar os ilícitos revelados pelos delatores da empreiteira, não houve denúncias diretamente relacionadas a esse acordo, que menciona supostos repasses ou pagamentos de propinas a políticos.

O mais próximo que a equipe de investigadores chegou disso foi denunciar 33 pessoas sob a acusação de cartel nas obras do trecho sul do Rodanel, com uso de provas da empreiteira obtidas no acordo de leniência firmado com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão federal.

Em parte, a ausência de denúncias no estado aconteceu por réveses do Ministério Público no próprio Supremo, que reteve investigações por meses ou enviou os autos para a Justiça Eleitoral.

Outro motivo é que a força-tarefa se expandiu para além dessas delações. Os procuradores decidiram agregar ao selo da Lava Jato casos que antes, não eram vistos como parte da operação ou não estavam sob sua responsabilidade.

Procurada, a força-tarefa da Lava Jato de São Paulo disse em nota que “vê com naturalidade a alteração de quadros do grupo, uma vez que a participação na força-tarefa é voluntária”. Afirmou ainda de desde o início havia previsão de rodízio na função de coordenador e que o número

de procuradores com exclusividade nas investigações e processos da operação permanece inalterado.

Sobre o ritmo das investigações, o grupo afirma ter como meta concluir a maioria dos inquéritos relativos à Odebrecht até o final do primeiro trimestre deste ano.

FOLHA DE S. PAULO 23 JAN 2019

Em quatro anos, registro de armas por pessoas físicas aumenta em 17 estados

No país, alta foi de 47%, levando a uma taxa de 165,8 armas para defesa pessoal por 100 mil habitantes

Fernanda Canofre, Flávia Faria e Júlia Zaremba

SÃO PAULO No ano em que o debate sobre armamento voltou à tona, na esteira da campanha eleitoral de 2018, o número de novas armas registradas por pessoas físicas para defesa pessoal no Sinarm (Sistema Nacional de Armas) cresceu em 17 estados brasileiros em comparação com 2014 — dados mais antigos disponíveis. No país o crescimento é de 47% — de 24.645 para 36.238.

Decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), no dia 15 de janeiro deste ano, flexibilizou as regras para a posse de armas no Brasil. O crescimento apontado por levantamento da Folha deve continuar nos próximos anos, dizem especialistas.

O sistema da Polícia Federal computa todas as armas compradas por civis com o objetivo de proteção, por profissionais de segurança privada e de órgãos públicos, como policiais civis e federais. Aquelas que serão usadas para outras atividades, como caça, tiro esportivo e por militares, devem ser registradas no Sigma (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas), do Exército.

Dos 677.771 registros ativos de arma de fogo no país, no Sinarm, 345.884 estão em nome de pessoas físicas.

O Brasil tem hoje 165,8 armas para defesa pessoal nas mãos de pessoas físicas para cada 100 mil habitantes.

Considerando também as registradas por outras categorias no Sinarm e as que pertencem àqueles que têm o registro CAC (para caçadores, atiradores e colecionadores), a

taxa sobe para 464,5.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, por exemplo, as taxas de armas registradas são de 989 e 1.597,5 por 100 mil habitantes, respectivamente. No Canadá, 2.970,5.

No Brasil, o aumento mais expressivo, segundo dados do Sinarm, ocorreu no Espírito Santo, onde os novos registros saltaram de 197 em 2014 para 1.474 em 2018, um crescimento de 648,2%.

No ano anterior ao pico, em fevereiro de 2017, o estado viveu uma crise na segurança pública. Policiais militares realizaram greve por 21 dias e o estado registrou crescimento no número de homicídios.

Em segundo lugar no ranking está Rondônia, cujos registros de novas armas para defesa cresceram 410,3% em quatro anos. O estado tem a quarta maior taxa de armas para defesa pessoal nas mãos de pessoas físicas por 100 mil habitantes do país (447), ficando atrás do Acre, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Paraíba, Minas Gerais e Pará aparecem em seguida na lista do Sinarm, com crescimentos de 300%, 235% e 213,5%, respectivamente. Os dois últimos estão entre os cinco estados com mais homicídios por arma de fogo do país, segundo o Atlas da Violência de 2018.

Em São Paulo, houve alta de 51,6% nos novos registros no mesmo período. No Rio de Janeiro, o aumento foi de 8%.

Alguns fatores podem explicar a corrida armamentista nesses lugares, segundo especialistas consultados pela Folha. O aumento da criminalidade e o medo da população são alguns deles, segundo

Daniel Cerqueira, conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em 2017, a taxa de mortes violentas intencionais no Brasil chegou a 30,8 para cada 100 mil habitantes, quando morreram dessa forma 63.880 pessoas, de acordo com levantamento do Fórum. Foi o maior índice da série histórica, iniciada em 2013.

“A onda autoritária que varreu o Brasil nos últimos anos e o movimento de resolver violência com violência podem ter servido de combustível para a compra de armamento”, avalia.

A facilitação do acesso a armas foi uma das bandeiras da campanha de Bolsonaro. Entre os 17 estados onde houve aumento de registros em quatro anos, o presidente venceu em 11 deles e no Distrito Federal no segundo turno.

O ginecologista e obstetra Allan Rendeiro, 61, morador de Belém, tem 54 armas em sua coleção. Decidiu registrar a primeira para defesa pessoal, uma espingarda calibre 12, no sistema da Polícia Federal no ano passado, para proteger o acervo. Notícias de que residências de colecionadores próximas haviam sido invadidas inspiraram a decisão.

“As minhas armas são quase objetos de arte. Tenho da Primeira e da Segunda guerras, da Alemanha, da França, da Itália”, conta.

Rendeiro, que pratica tiro esportivo desde os 18 anos, diz que agora se sente mais seguro em casa. “Pelo menos não vou me entregar de braços abertos [em uma eventual tentativa de assalto], terei a chance de me defender”, diz.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

“Desarmado, só tenho uma chance: morrer.”

O crescimento no número de registros também pode ser resultado da mudança de critérios para concessão da licença adotados pela Polícia Federal.

Um delegado, por exemplo, poderia ser mais liberal em relação ao significado de “efetiva necessidade” do que o antecessor ou sucessor e conceder a licença mais facilmente. O Estatuto do Desarmamento estabelece que o candidato precisa comprovar que o armamento é necessário antes de ter direito à posse.

O decreto de Bolsonaro define as categorias de pessoas que têm necessidade efetiva com critérios que, na prática, incluem todos os brasileiros. Dessa forma, o delegado dará o veredito com base em outros parâmetros, mais objetivos.

Para o coronel José Vicente da Silva Filho, ex-secretário nacional de Segurança Pública, o Brasil é um país de “controles fracos”. “A violência e a taxa de mortes por arma de fogo são tão grandes que recomendo políticas cada vez mais restritivas. Mas estamos indo na direção contrária”, diz.

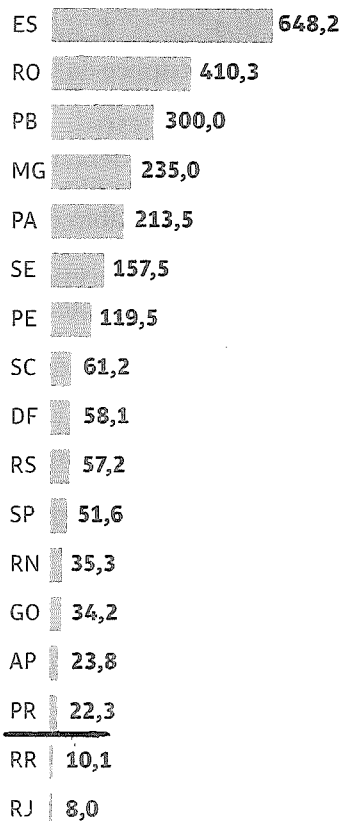
Para ele, que também tem graduação em psicologia pela USP, mesmo com a legislação mais solta, é preciso ter preparo emocional antes de comprar uma arma para proteção. “As armas são feitas para matar, não para defender ou assustar. Você está preparado para matar alguém?”, diz.

Os números, contudo, podem estar desatualizados e não refletir a realidade. O Sinarm mostra, por exemplo, que apenas uma nova arma foi registrada durante todo o ano de 2018 no Maranhão. Desde 2014, apenas 55 novas armas de civis foram cadastradas no sistema no estado.

Para Cerqueira, é fundamental aprimorar o sistema de registro e controle de armas no país, que considera falho, e a comunicação entre Exército e Polícia Federal. “É preciso descobrir a origem das lacunas”, diz.

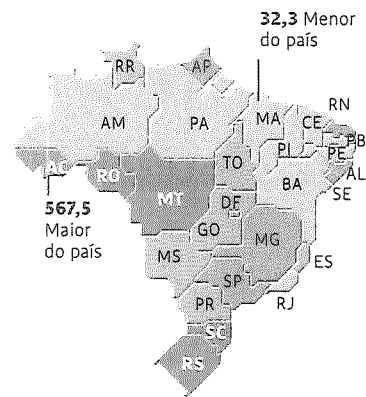
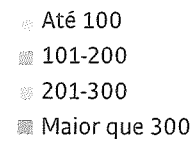
Registros de armas para pessoas físicas cresceram em 17 estados

Variação do número de novos registros de armas por pessoas físicas entre 2014 e 2018, em %



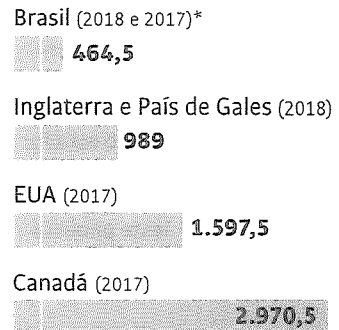
Acre é o estado com maior proporção de armas com a população

Taxa de armas com pessoas físicas por 100 mil habitantes, segundo registros ativos da PF



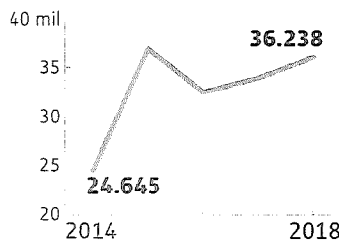
Considerando o total de armas registradas, Brasil fica atrás de outros países

Armas registradas por 100 mil habitantes



No país, número de novos registros cresceu 47%

Registros da PF para pessoas físicas



*Inclui registros ativos da Polícia Federal para lojas de armas, segurança privada, pessoa física, segurança pública, órgão público e outros (2018) e registros ativos do Exército para colecionadores, caçadores e atiradores desportivos (2017)
Fontes: National Statistics UK; Canadian Firearms Program Reports 2017; Bureau of Alcohol, Tobacco, Firearms and Explosives USA; Polícia Federal; Exército Brasileiro; Banco Mundial e IBGE

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Escândalo precoce

SÃO PAULO Gosto de escândalos de corrupção pelo que eles têm de didático. Até acredito que o padrão ético de indivíduos varie. Há alguns mais comprometidos com a moralidade administrativa, outros menos. Mas isso vale para indivíduos. Se reunirmos sem seleção específica mais do que três dezenas de pessoas, seja num partido, seja num governo, as diferenças individuais tendem a anular-se, e a resultante do grupo vai se aproximar da moralidade média da humanidade.

É um fenômeno que independe de ideologia. Afeta tanto grupos à direita, como o clã Bolsonaro, quanto à esquerda. Assim como o atual presidente foi eleito proclamando-se um arauto da moralidade, os petistas, no final dos anos 90, vendiam-se como incorruptíveis, o que ajudou Lula a vencer o pleito de 2002.

Muitos eleitores acreditaram na suposta pureza do PT porque o partido era o que menos frequentava as listas de agremiações metidas em escândalos. Mas, agora que sabemos como a história termina, é lícito concluir que a aparente correção petista se devia mais à falta de oportunidade para grandes negociações do que à qualidade intrínseca de seus quadros. De modo análogo, os Bolsonaros passaram os últimos anos abaixo do radar porque só se envolviam nas mutretas típicas do baixo clero legislativo, que não chamam atenção.

É legal que o primeiro escândalo do clã Bolsonaro tenha aparecido de forma assim precoce porque isso torna mais realistas as expectativas dos eleitores. Precipitam-se, porém, os que veem nas estripulias de Flávio o ocaso do governo.

Normalmente, líderes só caem quando se junta um pretexto plausível com uma bela crise econômica. Bolsonaro ainda não afundou a economia e, se for capaz de promover uma reforma da Previdência razoável e tiver um mínimo de sorte, poderá entregar um crescimento de mais de 2,5%, o que será percebido como grande alívio para quem respira com dificuldade desde 2015.

23 JAN 2019

23 JAN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça suspende expulsão de aluno do Mackenzie

SÃO PAULO Uma decisão da Justiça Federal em SP suspendeu a expulsão de Pedro Baleotti, 25, da Universidade Mackenzie. Ele havia sido desligado do curso de direito em dezembro, após o parecer de uma comissão.

O grupo considerou ofensivos e inaceitáveis dois vídeos gravados por Baleotti em outubro de 2018. Num deles, o jovem gravou a si mesmo dizendo "Tá vendo essa negrada? Vai morrer!". A divulgação do vídeo motivou protestos na universidade, que levaram a sua suspensão e expulsão.

Baleotti entrou na Justiça contra o ato, alegando que os vídeos foram veiculados sem sua autorização.

A juíza Sílvia Figueiredo Marques ordenou "o imediato restabelecimento do vínculo" de Baleotti com a universidade e considerou que houve irregularidades na composição da comissão, que não poderia sugerir a aplicação da sanção.

Em nota, o Mackenzie informou que solicitou a revogação da liminar. Baleotti não foi localizado.

23 JAN 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

TRF-4 divulga candidatos para vaga de Sérgio Moro

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre, divulgou nesta terça-feira (22) os candidatos para a vaga de juiz federal na 13ª Vara de Curitiba, que conduz a Operação Lava Jato em primeira instância, após a ida de Sérgio Moro para o Ministério da Justiça.

Entre os interessados, assume o juiz que tiver o maior tempo de magistratura. Conforme o TRF-4, o magistrado mais antigo que se inscreveu é Luiz Antonio Bonat, de Curitiba.

Depois, aparecem Julio Guilherme Berezoski Schattschneider (19º na lista de antiguidade), de Santa Catarina, Friedmann Anderson Wenppap (70º na lista de antiguidade), de Santa Catarina, Antonio Cesar Bochenek (106º na lista de antiguidade), Ponta Grossa, e Marcos Josegri da Silva (111º na lista de antiguidade), de Curitiba. Apenas juízes federais da Região Sul do Brasil podem participar da seleção. No total, foram 25 inscritos. ■



Luiz Antonio Bonat é o juiz que deve assumir a Lava Jato

PIÊN TERÁ ELEIÇÃO EM MARÇO

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) marcou para 17 de março as eleições suplementares para a escolha do prefeito e vice-prefeito do município de Piên, na Região Metropolitana de Curitiba. As eleições foram convocadas por causa dos falecimentos do prefeito Loir Dreveck e do vice-prefeito Livino Tureck nos dois primeiros anos do mandato.

23 JAN 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Ratinho Jr. determina auditoria na folha de pagamentos

Governador disse que medida pode economizar R\$ 500 milhões

O governador Ratinho Junior determinou a contratação de uma auditoria externa, por meio de preção eletrônico, para avaliar as folhas de pagamento dos servidores ativos do Poder Executivo e inativos da Paranáprevidência, de todos os Poderes. O anúncio foi feito nesta terça-feira (22), no Palácio Iguazu, pouco antes da reunião de trabalho com o secretariado.

Ratinho Junior disse que o propósito da auditoria é revisar os gastos e detectar eventuais pagamentos em duplicidade, horas extras pagas sem direito, questões de pensões, pagamento a pessoas já falecidas, entre outras situações que podem ocorrer. "É um pente fino. A ideia é poder ser justo com quem trabalha direito e acabar com as injustiças", afirmou.

A contratação da audito-

ria será feita pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Segundo o governador, com base em dados de outros estados que adotaram a medida, há uma estimativa de equívocos na folha de pagamento, mas o percentual exato só será conhecido após a avaliação final.

"A gente acredita que no Paraná é possível chegar em 2% da folha com alguns equívocos de pagamento. Mais de R\$ 500 milhões por ano se concretizar isso", avaliou o governador.

A medida atinge os 175 mil servidores ativos e 122 mil inativos. A folha de pagamento mensal do Poder Executivo é de R\$ 1,2 bilhão para ativos e R\$ 700 milhões para inativos (aposentados e pensionistas). ■

Pente-fino nos salários

A ordem emitida ontem pelo governador Ratinho Junior, para que seja realizada uma auditoria externa nas folhas de pagamento dos servidores do Estado, é mais um sinal de que a austeridade deverá ser uma das principais marcas do novo governo estadual. Segundo o governador, o propósito da auditoria é revisar os gastos e detectar eventuais problemas nos

pagamentos feitos aos servidores, tanto ativos quanto inativos.

"A ideia é poder ser justo com quem trabalha direito e acabar com as injustiças", afirmou Ratinho Junior. E diante deste fato, é preciso elogiar a determinação do novo governador em mexer numa área delicada, visando detectar eventuais pagamentos em duplicidade, horas extras indevidas e pensões ir-

regulares, entre outras situações.

É um verdadeiro "vespeiro", já que a medida atinge os 175 mil servidores ativos e os 122 mil inativos do Estado. Com uma folha de pagamento mensal de R\$ 1,9 bilhão para ativos e inativos, e diante da estimativa de 2% de equívocos, a economia para os cofres públicos poderia chegar perto de R\$ 40 milhões por mês. ■

23 JAN 2019

BEMPARANÁ

JÔNATAS PIKIEL

A CONDOTA E O DIREITO PENAL

Whatsapp como matéria de prova

O whatsapp passou a fazer parte do cotidiano da vida das pessoas e vem se transformando no mais prático e eficiente instrumento de comunicação entre as pessoas físicas ou jurídicas. Vem sendo inclusive utilizado como meio de intimação e notificação judicial. Recentemente passou a integrar o rol de meios de prova judicial, inclusive quando a Justiça não tenha autorizado, nem mesmo o acusado não tenha consentido com o acesso à sua conta.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul negou pedido de liberdade a acusado que teria subtraído R\$ 73 mil de um supermercado e um celular, mediante grave ameaça e emprego de armas de fogo. A autoridade policial apreendeu o celular do acusado e nele encontrou conversas que demonstravam a autoria e a materialidade do crime, além de informações sobre outros crimes que haviam sido cometidos.

Na tese da defesa, "...haveria ilicitude da prova, pois não houve autorização judicial ou do proprietário do aparelho para o acesso aos dados. Por isso, alegou que deveria ser aplicada a Teoria da Árvore dos Frutos Envenenados, pois todo o conjunto probatório adviria de conversas e imagens extraídas do celular...". O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul denegou a ordem de Habeas Corpus, fazendo com que a defesa fosse até o STJ, cuja liminar do HC foi negada pelo Presidente da Corte, ministro João Otávio de Noronha, que entendeu que não haveria ilicitude.

Não obstante a liminar tenha sido negada porque, "...no caso, a medida de urgência confunde-se com o próprio mérito do habeas corpus e, dessa forma, "impõe-se reservar ao órgão competente a análise minuciosa das razões que embasam a pretensão depois de devidamente instruídos os autos"..."; o ministro Presidente ressaltou que: "...os fundamentos do acórdão impugnado não se revelam, em princípio, desarrazoados ou ilegais, principalmente se considerada a gravidade concreta do delito, o que justifica a segregação cautelar como garantia da ordem pública".

Após as informações da autoridade coatora, o mérito do HC deverá ser apreciado pelo ministro Reynaldo Soares da Fonseca, que, mantendo a decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do sul, a qual entendemos correta, podendo passar a fazer parte dos precedentes da Corte. Ou, ao contrário, mantendo o conteúdo das mensagens de "whatsapp" com as mesmas restrições dos demais sigilos das comunicações.

*O autor é advogado na área criminal (jonataspikiel@terra.com.br)

23 JAN 2019

BEMPARANÁ

Substituto

O juiz federal Luiz Antonio Bonat é o primeiro da lista para substituir o ex-juiz Sergio Moro na condução dos processos da Operação Lava Jato, na 13ª Vara Federal de Curitiba. Bonat é o juiz mais antigo a se inscrever no concurso interno do TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª Região para a vaga de Moro, que assumiu o ministério da Justiça. O prazo para inscrição se encerrou na segunda-feira. O critério de seleção é o de antiguidade - Bonat é juiz federal há 25 anos.

Curriculo

Nascido e formado em Curitiba, o magistrado já passou por Foz do Iguaçu, Criciúma e Curitiba. É mestre em Direito Público pela UFPR e, atualmente, é titular da 21ª Vara Federal de Curitiba. Em 2003, ele foi responsável pela primeira condenação criminal de uma pessoa jurídica no Brasil, num caso de danos ambientais à margem do rio Urussanga, em Santa Catarina.

Improbidade

A 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública de Almirante Tamandaré (região metropolitana de Curitiba) condenou o ex-prefeito da cidade, Wilson Goinski (MDB) por improbidade administrativa. Investigação do Ministério Público comprovou que Goinski nomeou advogados para cargos em comissão, quando seria necessária a realização de concurso público para procurador. A Justiça determinou a suspensão dos direitos políticos por três anos, a proibição de ocupação de cargo, o pagamento de multa no valor equivalente a dez vezes o valor dos salários recebidos no término de seu último mandato como prefeito e a proibição de contratar com o poder público por três anos.

23 JAN 2019

BEMPARANÁ

Companhia aérea não pode cobrar valor abusivo para cancelar passagem

O 2º Juizado Especial Cível de Linhares (ES) determinou que uma companhia aérea pague R\$ 8 mil de indenização por danos morais a um passageiro devido a cobrança abusiva por cancelamento de passagem. No caso, a taxa cobrada foi superior a 50% do valor da passagem.

“A cobrança por cancelamento, que represente percentual exagerado do valor pago, representa grave afronta aos preceitos contidos no Código de Defesa do Consumidor”, diz a sentença, assinada pelo juiz Wesley Sandro Campana dos Santos.

Na decisão, o juiz disse que a multa por cancelamento de serviços não pode representar a perda significativa dos valores pagos. De acordo com ele, deve apenas representar apenas um valor que cubra as despesas administrativas da prestadora de serviço, uma vez que o serviço não foi efetivamente prestado.

Com esse entendimento, o juiz determinou, além da indenização por danos morais, que a companhia aérea devolva todo valor que ultrapasse 5% do que custou a passagem. (fonte:TJ/ES).